



REUNIÃO ANUAL DAS ASSEMBLÉIAS DE GOVERNADORES

FORTALEZA, BRASIL

AB-2171
CII/AB-810
12 março 2002
Original: inglês

**DISCURSO DO GOVERNADOR PELA SUÍÇA
NA TERCEIRA SESSÃO PLENÁRIA**

Oscar Knapp

1. Em nome da Suíça, desejo formular meus agradecimentos às autoridades brasileiras pelos excelentes e generosos preparativos e por sua cálida acolhida a este belo país.

A Região

2. A América Latina enfrentou um ano difícil em 2001, e as perspectivas para o próximo ano são incertas. Os recentes sinais de melhoria da economia mundial e, em particular, da economia dos Estados Unidos, dão-nos a esperança de que uma recuperação no próximo ano é possível, pelo menos em relação aos países com sólidos fundamentos – e estes não são poucos.

3. A situação deverá prolongar-se na Argentina, e a recente fuga de capitais da Venezuela demonstra que os investidores internacionais ainda são sensíveis à instabilidade política e à insegurança associada à política econômica de um país. Isto também deveria servir de sinal para os países em iminente processo eleitoral.

4. O acesso a mercados de capital continuará reprimido e o recurso ao financiamento externo também estará limitado por déficits fiscais relativamente altos. Nessa situação, os empréstimos do setor privado para investimento a longo prazo adquirem importância particular. Cumprirá aos países da Região exercer um esforço especial para reconquistar a confiança dos investidores privados e atrair fluxos financeiros que não onerem suas famílias. Para tanto, devem os responsáveis pelas políticas econômicas buscar mais decididamente a melhoria das estruturas institucionais e legais e o ambiente empresarial geral nos seus países, e renovar seu compromisso com a liberalização do comércio.

5. Depois de Doha, tenho a esperança de que os esforços de integração da Região recuperarão seu ímpeto. A cooperação com o Mercosul, assim como entre o Mercosul e a União Européia ou a ALCA, deve ser renovada. A integração regional é particularmente importante para a América Latina e o Caribe. De um lado, ela também beneficia as empresas de pequeno e médio porte e, assim, muito provavelmente exercerá impacto sobre a geração de emprego e a redução da pobreza. Contudo, também dota os países da Região de maior poder

de negociação com seus parceiros comerciais do Norte. Portanto, também exorto por uma aceleração dos esforços e integração na América Central e nos países andinos. Na marcha a partir de Doha, todos os participantes, sejam do Norte ou do Sul, devem demonstrar maior compromisso com a estrutura e os procedimentos estabelecidos pela OMC. A importância deste aspecto foi corroborada mais uma vez pela recente disputa comercial no setor do aço.

6. As diferenças de produtividade entre a Região e os países industrializados e na própria Região estão aumentando. A América Latina e o Caribe ainda devem encontrar seu caminho rumo a um crescimento mais inclusivo e equitativo. Em apoio a esse processo, deve o Banco promover a reforma institucional e legal, o desenvolvimento da pequena e média empresa e o acesso facilitado e universal a serviços sociais, incluindo os de saúde, educação básica e treinamento profissional. Embora a infra-estrutura continue a ser uma importante meta para o Banco, suas operações devem atribuir maior ênfase à produtividade, à oportunidade e ao desenvolvimento social. É neste cenário que teremos de discutir a nova estrutura de empréstimos, a demanda de novos instrumentos e o papel do Banco no desenvolvimento do setor privado.

Argentina

7. A situação da Argentina preocupa-me profundamente. Embora uma solução para a crise esteja fundamentalmente nas mãos do governo, a comunidade internacional deve manter seu compromisso e prontificar-se a apoiar a Argentina, se isso for necessário e viável. O Banco pode desempenhar importante papel na mobilização de “know-how” e assessoramento internacional dentro e fora da Região, bem como apoio financeiro para um pacote viável de estabilização econômica.

8. Também devemos extrair lições do caso da Argentina. Qual foi o fator que precipitou o colapso da economia argentina e qual é o papel que o Banco pode desempenhar a fim de impedir a recorrência desse cenário na Região? Quais são as implicações políticas para outros países da América Latina e do Caribe com taxas de câmbio fixas ou economias dolarizadas? E que pode a Argentina aprender de seus vizinhos que adotaram inicialmente o mesmo curso, mas que acabaram por optar por uma abordagem diferente? Insto o Banco a analisar cuidadosamente esses aspectos e preparar um relatório pertinente aos Governadores, que possa ser por nós discutido no ano que vem. Evidentemente, qualquer tentativa de examinar o passado também deve levar em conta as importantes realizações da Argentina na última década, em termos de modernização de sua economia.

Eficácia do desenvolvimento

9. Instituições públicas de todo o mundo estão sendo submetidas a um minucioso exame de sua eficácia e solicitadas a demonstrar os resultados de suas ações. As instituições financeiras internacionais não estão isentas da busca de maior responsabilidade pelo impacto de desenvolvimento que exercem (ou não exercem) em cooperação com os mutuários. É com satisfação que constato a intensificação do atual debate sobre a eficácia do desenvolvimento e suas necessárias implicações: maior ênfase nos resultados e no impacto, em lugar de insumos e produtos, melhor capacidade de avaliação profissional e sistemática e – igualmente importante – uma mudança na cultura organizacional e na estrutura de incentivos em muitas instituições internacionais, inclusive o BID.

10. A avaliação é um aspecto indispensável da gestão pública baseada em resultados. Para o setor público é o que a contabilidade e auditoria representam para o setor privado. A avaliação pode desempenhar importante papel de orientação da seletividade a que nos devemos dedicar na busca de resultados concretos. Assim foi reconhecido pelos acionistas do Banco, que, aproximadamente dois anos atrás, redefiniram, reorganizaram e fortaleceram a função de avaliação no Banco, criando um órgão independente, o Escritório de Avaliação e Supervisão. O Escritório está desenvolvendo um ambicioso programa de trabalho. Espero que o debate gerado pelos produtos do Escritório comece a refletir-se na elaboração de programas e projetos do Banco. Uns e outros deveriam incluir, necessariamente, estruturas de resultados explícitos a fim de facilitar a avaliação e, deste modo, a responsabilidade. O BID deu um grande passo no sentido de colocar em discussão a questão da eficácia em termos de desenvolvimento. Penso que o Banco está no rumo certo, e gostaria de felicitar o Senhor Presidente e seus colegas por essa realização.

11. O Relatório sobre Eficácia em Função do Desenvolvimento submetido aos Governadores contém algumas recomendações importantes para a Administração. Em particular, o Banco deve incorporar o relatório baseado em resultados na sua revisão anual de carteira pelos departamentos de operações regionais e criar, em separado, uma unidade de avaliação da eficácia em termos de desenvolvimento, para fins de revisão independente de todos os projetos em fase de preparação e que responderia diretamente ao Vice-Presidente Executivo. A mera criação de uma unidade desse tipo não seria suficiente para mudar o estilo de ação do Banco. Seria também necessário que as unidades operacionais se dispusessem a adotar as recomendações formuladas por essa unidade, o que requer seu endosso pela alta Administração.

Uma nova estrutura de empréstimos e novos instrumentos propostos

12. A Suíça expressa seu apoio às medidas propostas para fortalecer a capacidade de resposta do Banco Interamericano de Desenvolvimento. A nova estrutura de empréstimos representa um avanço decisivo na modernização da abordagem de empréstimos do Banco e para sua adaptação às necessidades de financiamento da Região. O desafio consistirá em implementar a estrutura mediante o desenvolvimento de instrumentos de empréstimo novos e mais flexíveis, que possam ser reconciliados com o mandato básico e a integridade financeira do Banco e para instalar um sistema que fortaleça a eficácia de desenvolvimento do BID na Região. Tais assuntos deveriam ser discutidos pela Diretoria Executiva em vez de serem submetidos aos Governadores.

13. A esta altura, meu único comentário refere-se à condição do Banco como credor preferencial. Trata-se de algo que não pode ser proclamado unilateralmente por nenhum convênio institucional, mas deve ser reconhecido de facto por uma maioria da comunidade internacional. As garantias soberanas são um ingrediente essencial para que a condição de credor preferencial seja respeitada. Os países membros do BID já fizeram uma importante concessão ao elevarem para 10% da carteira do Banco o teto para operações com o setor privado. Portanto, seria imprudente enfraquecer ainda mais a posição do Banco ao permitir que este conceda empréstimos a entidades subnacionais sem garantias do governo central. Isto não quer dizer que o Banco não deva expandir sua cooperação com entidades subnacionais.

Desenvolvimento do setor privado

14. O aumento do teto para as necessidades de empréstimo ao setor privado deve ser visto como parte integrante da modernização dos instrumentos do Banco. A respeito, a questão principal é a adicionalidade. Não devemos substituir o capital privado, e sim, mobilizá-lo. As operações do BID deveriam atentar mais para a geração de emprego, se o que desejamos é colocar o desenvolvimento do setor privado a serviço do crescimento equitativo e da redução da pobreza. Cumpre intensificar rapidamente a gestão de riscos e adotar um sistema de relatórios sobre a carteira do setor privado. Isto é ainda mais importante, dado que uma substancial parcela da carteira do PRI tem sofrido pressões em razão da deterioração da economia na América Latina e no Caribe.

15. A coordenação entre o PRI, a CII e o Fumin melhorou ao longo do ano passado. Entretanto, ainda existe um significativo espaço para incrementar a cooperação no nível estratégico. Contudo, seria prematuro criar uma nova afiliada para atividades do setor privado.

16. Preocupa-me o desempenho da CII, que foi adversamente afetado pelo esfriamento da economia global e, em particular, pela crise na Argentina. Mas, além disso, a CII não correspondeu às nossas expectativas em matéria de geração de negócios, que ficou muito atrás das projeções feitas durante o aumento geral de capital. Isto deixa a CII com uma carteira menos diversa e mais vulnerável. Deve a Administração preparar sem demora um plano de resposta a fim de resolver a situação.

O BID e o meio ambiente

17. À luz da próxima Cúpula Ambiental em Joanesburgo, é oportuno examinar as atividades do Banco no setor do meio ambiente. Nesta área, o trabalho estratégico deve ir além da gestão ambiental e abranger a consideração das questões de desenvolvimento sustentável e da prevenção e gestão de desastres naturais como terremotos, inundações e a desertificação. Nesse sentido, exorto o Banco a aperfeiçoar ainda mais o seu papel específico e suas vantagens comparativas em relação a outras organizações multilaterais.

18. Embora o Banco tenha progredido bastante rumo às metas estabelecidas na Estratégia Institucional, os empréstimos para o meio ambiente e os recursos naturais caíram de US\$ 485 milhões em 1990 para US\$ 408 milhões em 1998. Mesmo que causas estruturais possam ter estado em jogo, insto o Banco a reverter essa tendência e assegurar que, uma vez mais, passe a ser o principal promotor do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável na América Latina e no Caribe. Um grande projeto de reabilitação da infra-estrutura de água e saneamento, por exemplo, difere inteiramente de um projeto de geração de renda em benefício de habitantes da floresta tropical. Tal diferenciação é necessária, se desejarmos estar inteiramente aptos a entender os esforços do Banco nesse campo.

19. Sempre que possível, o Banco deve encarar a questão do meio ambiente no contexto mais amplo da pobreza e fazer com que exista um claro vínculo entre a proteção ambiental e a redução da pobreza. Por último, mas não menos importante, o Banco pode fazer uma importante contribuição mediante a incorporação mais rigorosa de aspectos ambientais nas suas atividades tradicionais. A ênfase deveria recair sobre indicadores, a harmonização de padrões e procedimentos e a efetiva observância de análises de impacto ambiental. Isto requer

o apoio de uma estrutura de incentivos que encoraje o pessoal a adotar, na sua atividade diária, uma atitude proativa em relação às questões ambientais.

Conclusão

20. No nível estratégico, o Banco registrou significativos progressos rumo à modernização e adaptação de seus instrumentos às novas necessidades e requisitos da Região. O desafio está na implementação. É necessário que o Banco seja flexível e pragmático e que revise esse progresso ao cabo de dois anos. Apesar da tendência de aumento dos empréstimos de apoio a reformas de políticas, o Banco não deve negligenciar suas operações tradicionais. O desenvolvimento social e a gestão do meio ambiente são campos essenciais em que o Banco deve manter a liderança e lançar novas iniciativas, conducentes a um crescimento mais inclusivo e sustentável.